

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS**

**ANABELLE RETONDARIO DE LIMA BORBA**

**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DO PROGRAMA  
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOBRE HÁBITOS E  
PRÁTICAS ALIMENTARES DOS ALUNOS, SOB A PERCEPÇÃO DE  
PROFESSORES DOS SÉTIMOS ANOS EM UMA ESCOLA DA REDE  
ESTADUAL DE CURITIBA/PR**

**MEDIANEIRA**

**2012**

**ANABELLE RETONDARIO DE LIMA BORBA**

**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DO PROGRAMA  
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOBRE HÁBITOS E  
PRÁTICAS ALIMENTARES DOS ALUNOS, SOB A PERCEPÇÃO DE  
PROFESSORES DOS SÉTIMOS ANOS EM UMA ESCOLA DA REDE  
ESTADUAL DE CURITIBA/PR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Ensino de Ciências, do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Me. Graciela Leila Heep Viera

**MEDIANEIRA**

**2012**



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Campus Ponta Grossa

Nome da Diretoria  
Nome da Coordenação  
Nome do Curso



---

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOBRE OS HÁBITOS E PRÁTICAS ALIMENTARES DOS ALUNOS, SOB A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DOS SÉTIMOS ANOS EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE CURITIBA/PR**

por

**ANABELLE RETONDARIO DE LIMA BORBA**

Esta Monografia foi apresentada em 24 de novembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Ciências. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Graciela Leila Heep Viera  
Prof<sup>a</sup>. Orientadora

---

Prof. Dr. Adriano de Andrade Bresolin  
Membro titular

---

Pro<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maurici Luzia Charnevski Del Monego  
Membro titular

Dedico este trabalho a meus alunos,  
razão pela qual busquei este curso.  
Também à minha família e esposo, pela  
compreensão dispensada.

## **AGRADECIMENTOS**

Obrigada aos professores do curso, em especial professor Edward Kavanagh, pela dedicação durante nossa disciplina, e professora Graciela Leila Heep Viera, pela orientação deste trabalho.

Ainda, não poderia deixar de agradecer aos tutores que me acompanharam e auxiliaram durante esta jornada, para que sempre se lembrem da importância do seu papel na formação dos estudantes à distância: André, Lucielle e Liliane.

Agradeço ao diretor Josias e à pedagoga Aidyl, pelo voto de confiança e pelo apoio a mim dispensados. Também aos meus alunos, pela motivação que foram, aumentando minha vontade de aprender mais para dar o meu melhor a eles, que são a razão para a nossa existência (afinal, o que seriam dos professores, sem alunos?!).

Obrigada à minha família, minhas amigas e meu marido, por aceitarem minha decisão de cursar esta especialização, dedicando meus finais de semana, mesmo sem compreenderem ao certo o propósito disso.

À diretora Nadir, por permitir a realização deste estudo. Enfim, a todos os que de alguma maneira contribuíram para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

RETONDARIO, Anabelle. **Análise da Importância das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre os Hábitos e Práticas Alimentares dos Alunos, sob a Percepção de Professores dos Sétimos anos em uma Escola da Rede Estadual de Curitiba/PR.** 2012. 41 folhas. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2012.

A alimentação e a educação são fatores determinantes e condicionantes de saúde. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como um de seus objetivos a contribuição para aquisição de hábitos e práticas alimentares saudáveis pelos educandos (BRASIL, 2009). Para isso, o professor tem papel fundamental, tendo em vista que é um dos principais atores dentro da escola. Portanto, o presente estudo buscou investigar o conhecimento de professores de alunos dos sétimos anos do ensino fundamental sobre o PNAE. Um questionário foi apresentado a nove professores para verificar se existe entre eles a consciência da importância da escola neste campo e saber o que pensam sobre a refeição fornecida. Ao analisar os resultados, percebe-se uma falta de conhecimento dos professores sobre o Programa e sua dinâmica dentro da escola. Houve divergência sobre a existência de um profissional qualificado para elaboração do cardápio: 56% não soube responder, enquanto 22% disseram que “sim” e outros 22%, que “não”. Em verdade, nesta escola o planejamento das refeições é feito pelas cozinheiras, juntamente com uma inspetora, com ajuda de uma professora, contrariando a lei nº 11.947/09, que atribui esta responsabilidade a um profissional nutricionista. Somente dois professores afirmaram conhecer o programa, enquanto três negaram e outros quatro alegaram apenas ter “ouvido falar” do mesmo, o que leva à reflexão da pouca importância que se dá ao tema da alimentação escolar. Em relação aos hábitos de consumo dos adolescentes no intervalo (“recreio”), todos os educadores afirmaram que aqueles frequentam a cantina comercial, apesar de não ter sido consenso o consumo da alimentação fornecida pela escola pelos adolescentes. Já a maioria dos professores afirmou consumir a citada refeição e a colocaram como capaz de influenciar os alunos, apesar de poucos deles abordarem o tema “Alimentação Saudável” em suas disciplinas. Nota-se um descompasso entre discurso e realidade, como se a “entidade escola” tivesse o poder de melhorar os hábitos alimentares dos alunos, e não os próprios professores, personagens-chave da construção do conhecimento neste âmbito. Todos os educadores consideram a alimentação escolar capaz de melhorar os hábitos alimentares dos alunos. Conclui-se com o presente estudo que a alimentação escolar é pouco valorizada pelos professores, assim como a exploração do ambiente escolar como promotora de bons hábitos alimentares. Faz-se necessário maior empenho na conscientização dos educadores quanto à importância do seu papel neste campo.

**Palavras-chave:** Alimentação Escolar. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Alimentação Saudável.

## ABSTRACT

RETONDARIO, Anabelle. **Perceptions of Seventh Year of Elementary Education's Teachers of a Public School of Curitiba (PR) on the Importance of shares of the National School Feeding Program Habits and Practices on Food of Students.** 2012. 41 fls. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências) - Federal Technology University - Paraná. Medianeira, 2012.

Food and education are determinants of health and conditioning. The National School Nutrition Programme (PNAE) has as one of its objectives the contribution to acquiring healthy eating habits and practices by students (BRAZIL, 2009). For this, the teacher plays a key role, given that one of the main actors within the school. Therefore, this study aimed to investigate the knowledge of teachers of students of the 7th year of elementary school about PNAE. A questionnaire was presented to nine teachers to see if they exists between awareness of the importance of the school in this field and know what they think about the meal provided. In analyzing the results, there is a perceived lack of teacher knowledge about the Program and its dynamics within the school. There was disagreement about the existence of a qualified professional to prepare the menu: 56% could not answer, while 22% said "yes" and 22% "no". In fact, this school meal planning is done by cooks, along with a matron, with the help of a teacher, contrary to Law No. 11.947/09, which assigns this responsibility to a professional nutritionist. Only two teachers claimed to know the program, while three declined and four other alleged only have "heard" of it, which leads to reflection of little importance given to the issue of school meals. Regarding the consumption habits of teenagers in the range ("recreational"), all educators said those attending the canteen business, despite not having been consensus consumption of food provided by the school for adolescents. Since most teachers said consuming the meal and put cited as able to influence students, although few of them address the theme "Healthy Eating" in their disciplines. Note that a mismatch between discourse and reality, as if the "school entity" had the power to improve the eating habits of students, not the teachers, key characters of the construction of knowledge in this area. All educators consider school food can improve eating habits of students. We conclude this study with that school feeding is undervalued by teachers, as well as the exploration of the school environment as a promoter of good eating habits. It is necessary to greater efforts in the awareness of educators on the importance of its role in this field.

**Keywords:** School feeding. National School feeding Program. Healthy feeding.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Questionários aplicados a professores dos sétimos anos do EF .....	19
Figura 2 – Distribuição dos professores por faixa etária .....	20
Figura 3 – Respostas dos professores quanto à existência de profissional qualificado responsável pela elaboração do cardápio na escola.....	21
Figura 4 – Percentual de professores que conhecem ou não o PNAE .....	23
Figura 5 – Percepção dos professores quanto aos hábitos de consumo dos alunos dos sétimos anos do Ensino Fundamental .....	24
Figura 6 – Hábitos de consumo dos professores frente à alimentação escolar .....	26
Figura 7 – Resposta dos professores à pergunta sobre a alimentação fornecida na escola e os hábitos alimentares dos seus alunos .....	27
Figura 8 – Capacidade de a escola influenciar os hábitos alimentares dos alunos...	27
Figura 9 – Abordagem do tema “Alimentação Saudável” pelos professores participantes da pesquisa.....	28

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>11</b>
2.1 PANORAMA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	11
2.2 HÁBITOS ALIMENTARES E DE VIDA E SUAS CONSEQUÊNCIAS À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....	11
2.3 EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E A ESCOLA .....	13
2.4 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E O PAPEL DA ESCOLA .....	14
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>18</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>32</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com a lei orgânica da saúde (Lei ° 8.080/90), a alimentação, o saneamento básico, a educação e o acesso aos bens e serviços essenciais, entre outros, são fatores determinantes e condicionantes de saúde (BRASIL, 1990). A sociedade, organizada em Estado, tem obrigação de elaborar e implantar políticas, programas e ações que promovam a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que possibilitem que todos os cidadãos tenham acesso regular à alimentação segura, saudável, balanceada, diversificada e equilibrada (VALENTE, 2002b).

Neste sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como um de seus objetivos a contribuição para aquisição de hábitos e práticas alimentares saudáveis por parte dos educandos (BRASIL, 2009). A alimentação vem sendo de suma importância para a promoção da saúde, além de capaz de auxiliar na prevenção de doenças crônico-degenerativas (MAHAN, SCOTT-STUMP, 2010; BRASIL, 2006a), como será visto a seguir. Por isso, faz-se necessário que os objetivos deste Programa saiam do papel e sejam sentidos no dia a dia dos alunos.

Sabe-se que, de acordo com os “Dez Passos para uma Alimentação Saudável”, do Ministério da Saúde, devem ser consumidas ao menos três porções de legumes e verduras como parte das refeições e três porções ou mais de frutas nas sobremesas e lanches (BRASIL, 2006b). A ingestão diária destes grupos de alimentos está associada à prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), aliando-se à manutenção do peso corporal, o que seria um cofator para a aparição destas doenças (MAHAN, ESCOTT-STUMP, 2010; BRASIL, 2006a).

Infelizmente, de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), a ingestão destes alimentos pela população brasileira é relativamente baixa.

Na teoria, o PNAE veio como forma de garantir um direito constitucional da criança e do adolescente (CF/88<sup>1</sup>, art. 208, inciso VII) à alimentação escolar, mas na prática ele pode não estar sendo efetivo.

---

<sup>1</sup> Constituição Federal de 1988.

Um dos objetivos do Programa é a promoção de hábitos e práticas alimentares saudáveis nos estudantes, a partir do que consomem na escola. Para isso, não basta aquisição de alimentos, elaboração de cardápios e manipulação dos alimentos. É fundamental a utilização do ambiente escolar como promotor de hábitos de vida saudáveis, tendo em vista que é nele que as crianças e adolescentes ficarão inseridos grande parte do seu dia e da sua vida.

Como dificultador deste processo, Nogueira (2012), em estudo realizado no Estado de São Paulo, observou que, quanto mais próximos do fim do Ensino Fundamental (EF) estivessem os alunos, menor a sua aceitação da alimentação escolar.

A educação em alimentação e nutrição é passível de ser trabalhada em todas as disciplinas do ciclo básico, sendo obrigatório pelo inciso II do Art. 2º da Lei nº 11.947/2009 “II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”.

Sendo o professor um personagem chave neste ambiente, faz-se necessário um estudo sobre o seu conhecimento e a sua percepção sobre o assunto a fim de verificar o panorama atual.

Portanto, este trabalho tem por objetivo investigar o conhecimento de professores de alunos dos sétimos anos do ensino fundamental no que tange o Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre a elaboração da alimentação dentro da sua escola, verificando se os mesmos conhecem (ou não) o PNAE, procurando identificar o que eles sabem sobre as práticas alimentares de seus alunos, quando estão na escola. Ainda, conhecer o pensamento dos professores quanto à oferta dos alimentos dentro da escola *versus* promoção de hábitos alimentares saudáveis, verificando se existe a consciência dos professores sobre a importância da escola para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e investigando se estes educadores abordam o tema “alimentação saudável” em suas disciplinas.

O PNAE contribui efetivamente para a criação de hábitos e práticas alimentares saudáveis nas crianças, da visão do professor? Esses educadores têm consciência da importância do Programa, ou até mesmo de sua existência?

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 PANORAMA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As transformações ocorridas no Brasil, relacionadas à crescente modernização e urbanização, estão associadas a mudanças no estilo de vida e nos hábitos alimentares da população, sendo elas consideradas favorecedoras do desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (MENDONÇA, ANJOS, 2004; WHO, 2000).

A atual complexidade da cadeia produtiva de alimentos coloca a sociedade brasileira (e mundial) diante de novos riscos à saúde, como a presença de agrotóxicos, aditivos, contaminantes, organismos geneticamente modificados e a inadequação do perfil nutricional dos alimentos (BRASIL, 2012b).

### 2.2 HÁBITOS ALIMENTARES E DE VIDA E SUAS CONSEQUÊNCIAS À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Com os hábitos da vida moderna, o Brasil vem enfrentando o aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade, sendo estes considerados atualmente um dos maiores problemas de saúde pública, afetando todas as faixas etárias. Nos adolescentes, após quatro décadas de aumento gradual nas prevalências, em torno de 20% apresentaram excesso de peso e quase 6% dos adolescentes do sexo masculino e 4% do sexo feminino foram classificados como obesos (BRASIL, 2012b).

O processo de urbanização colabora com as altas prevalências de sobrepeso, obesidade e doenças crônico-degenerativas, a partir do momento que promove hábitos alimentares e estilos de vida inadequados, tornando-os problemas prioritários de saúde pública e de segurança alimentar, inclusive no grupo de crianças e adolescentes (VALENTE, 2002a).

As doenças cardiovasculares têm a obesidade e dislipidemias<sup>2</sup> como principais fatores de risco, que, embora possam se iniciar precocemente (WILLIANS et al, 2002) são pouco valorizados clinicamente. A obesidade na infância, o mais importante fator de risco conhecido para as doenças cardiovasculares na vida adulta, apresenta crescente prevalência, associada às mudanças no modo de viver, particularmente o sedentarismo e maior consumo de gorduras e açúcares (WILLIANS et al, 2002; NICHOLSON, 2000).

Estudos recentes têm identificado, entre os adolescentes, hábitos alimentares pouco saudáveis, especialmente os pertencentes às classes econômicas mais favorecidas, que possuem maior acesso aos alimentos e à informação (NUNES, FIGUEIROA, ALVES, 2007; SARLIO-LAHTENKORVA, LAHELMA, 1999), sendo a dieta adotada usualmente rica em gorduras, açúcares e sódio, com pequena participação de frutas e hortaliças (TORAL, CONTI, SLATER, 2009).

Castro e colaboradores (2008) realizaram um estudo na cidade do Rio de Janeiro e observaram, numa amostra representativa de adolescentes de escolas públicas, baixo consumo de frutas e hortaliças e consumo frequente de refrigerantes, balas e doces. Também nesta cidade, entre adolescentes residentes em localidade de baixo nível socioeconômico, Estima *et al* (2009), observaram a adoção de comportamentos alimentares não saudáveis por 40% dos jovens, como por exemplo a substituição das principais refeições (desjejum, almoço e jantar) por lanches rápidos.

Em estudo sobre a prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares com crianças, Gama, Carvalho e Chaves (2007) encontraram prevalência de 10,7% de sobrepeso e 43% das crianças ficavam em atividades sedentárias mais de 3 horas por dia (TV ou jogos eletrônicos). Considerando qualquer alteração do perfil lipídico – colesterol total ou frações – 68,4% das crianças apresentaram alguma dislipidemia, sendo que 18,6% tinham aumento da lipoproteína LDL-c, 35% alteração do HDL-c e 3,5% do triglicérideo.

Ainda no estudo de Gama, Carvalho e Chaves (2007), entre os comportamentos familiares de risco para doenças cardiovasculares sobressaiu o consumo de álcool e fumo, com metade das famílias apresentando pelo menos um

---

<sup>2</sup> Presença de níveis elevados ou anormais de lipídios e/ou lipoproteínas no sangue.

destes comportamentos. Foi importante a presença dos fatores de risco para doenças cardiovasculares na amostra, com predominância da dislipidemia e do sobrepeso, confirmando o aumento de sobrepeso infantil (GIUGLIANO, MELO, 2004) e apontando o aumento do sedentarismo além de inadequado consumo alimentar (GAMA, CARVALHO, CHAVES, 2007).

### 2.3 EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E A ESCOLA

Programas educativos direcionados a escolares constituem uma das estratégias mais importantes para enfrentar a obesidade infantil, já que a cobertura no ensino fundamental é de praticamente 100% (KAIN, OLIVARES e CASTILLO, 2001). O contexto desafiador da educação nutricional exige o desenvolvimento de abordagens que permitam abraçar os problemas alimentares de modo mais amplo, por intermédio de estratégias que superem a mera transmissão de informações (BIZZO e LEDER, 2005).

Gabriel, Santos e Vasconcelos (2008), em pesquisa com crianças de 3ª e 4ª séries do ensino fundamental, em duas escolas de Florianópolis/SC (uma pública estadual e outra privada), implantaram um programa de educação nutricional de curta duração, abordando a Pirâmide Alimentar, nutrientes, calorias, separação e reciclagem de lixo e a montagem de um cardápio com seis refeições diárias. Ainda foi feita avaliação antropométrica antes e depois da intervenção. Não foi observada mudança no perfil nutricional dos escolares, mas detectou-se, na escola privada, redução significativa nos percentuais de bolachas trazidas de casa pelos meninos, e na escola pública, aumentou significativamente o consumo de merenda escolar proveniente do PNAE e a aceitação de frutas. Logo, nota-se a efetiva capacidade da escola em melhorar hábitos alimentares, sendo um bom meio de conscientização de crianças e adolescentes.

## 2.4 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E O PAPEL DA ESCOLA

Em 1994, o relatório final da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar propôs assegurar saúde, alimentação e nutrição a grupos populacionais determinados. Dentre eles encontrava-se o grupo materno-infantil, com ênfase no Programa de Alimentação Escolar (VALENTE, 2002a).

O PNAE é um programa que foi implantado em 1955, recebendo esta denominação em 1979, com a finalidade de garantir, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas (BRASIL, Módulo PNAE, 2011).

Essa ideia de alimentação escolar surgiu em 1953 como uma política compensatória da insegurança alimentar, que hoje em dia é a garantia universal do direito humano à alimentação (SPINELLI, CANESQUI, 2002; COIMBRA, MEIRA, ESTARLING, 1982).

Considerado um dos maiores programas do mundo na área de alimentação escolar (BRASIL, 2006c), o objetivo do mesmo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, Módulo PNAE, 2011), além de contribuir para a redução dos índices de evasão; formação de bons hábitos alimentares e desenvolvimento da economia local (WEIS, CHAIM, BELIK, 2004).

Idealizado para regulamentar a Constituição Federal de 1988, a qual prevê o direito à educação e alimentação (BRASIL, Módulo PNAE, 2011), o programa atendeu, em 2010, 45,6 milhões de alunos, em todo território nacional, com investimento de R\$ 3034 milhões. Nos últimos dez anos a verba destinada ao programa mais do que triplicou: em 2001 era de R\$ 920,2 milhões (BRASIL, 2012d).

O Programa funciona por meio da transferência de recursos financeiros federais para Estados e Municípios repassarem às escolas, ou diretamente à unidade executória própria representativa da comunidade escolar (Programa

Dinheiro Direto na Escola) a fim de garantir, no mínimo, 20% das necessidades diárias para os alunos matriculados na educação básica (BRASIL, 2011).

A promoção da saúde no ambiente escolar vem sendo fortemente recomendada por órgãos internacionais (SALAY, 2005), tendo em vista que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações educativas e os programas de alimentação escolar são excelentes ferramentas para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, não apenas por fornecerem uma parcela dos nutrientes que os alunos necessitam diariamente, mas também pela possibilidade de se constituírem em espaço educativo, ao estimularem a integração de temas relativos à nutrição ao currículo escolar (FERNANDEZ, 2005; COSTA, RIBEIRO, RIBEIRO, 2001). Além disso, o PNAE abrange cerca de 45,6 milhões de estudantes (BRASIL, 2012d), devendo proporcionar essa promoção no próprio ambiente escolar (CHAVES et al, 2009).

Logo, a alimentação escolar não pode ser utilizada simplesmente como estratégia emergencial de combate à fome, mas sim como espaço privilegiado para a formação de hábitos alimentares saudáveis e de cidadãos comprometidos com uma sociedade mais justa e imparcial (CARVALHO et al, 2008). Embora a carência de recursos financeiros para aquisição de alimentação básica para a manutenção da saúde seja o principal fator para o problema alimentar no Brasil, outros ainda devem ser considerados, como a desinformação, a pressão publicitária, os hábitos familiares e sociais e mesmo as alterações de ordem psicológicas (COSTA, RIBEIRO, RIBEIRO, 2001). Portanto, as atividades de educação em nutrição podem e devem ser utilizadas na promoção da saúde, aproveitando o nicho aberto pelo Programa de Alimentação Escolar (BRITO, ATHAYDE, NEVES, 1998).

O planejamento de cardápios variados, nutricionalmente equilibrados, proporciona a oferta dos macronutrientes necessários à saúde das crianças, bem como a oferta de fibras, vitaminas e minerais presentes especialmente nas frutas e hortaliças, sendo fundamental o estímulo ao consumo desses alimentos pelos escolares (CARVALHO et al, 2008).

O PNAE preconiza a presença do profissional nutricionista para a elaboração do cardápio dos educandos, de forma a assumir a responsabilidade técnica pelo Programa. “Sabe-se que o cardápio elaborado de acordo com a ciência da nutrição contribui para promoção de hábitos alimentares saudáveis, incentiva o consumo de

alimentos regionais e promove melhoria da saúde da população atendida” (BRASIL, 2005).

Mesmo com o aumento na velocidade de crescimento, típico da adolescência, e conseqüente incremento da demanda de nutrientes (MAHAN, ESCOTT-STUMP, 2010) os adolescentes são o grupo com pior perfil da dieta, com as menores frequências de consumo de feijão, saladas e verduras em geral, apontando para um prognóstico de aumento do excesso de peso e de doenças crônicas (BRASIL, 2012b). As necessidades aumentadas só conseguem ser atingidas com a ingestão de uma quantidade adequada de uma variedade de alimentos nutritivos, pertencentes a todos os grupos da pirâmide alimentar (CARIBBEAN FOOD AND NUTRITION INSTITUTE, 2009).

Hábitos e aprendizagens adquiridos na infância e adolescência repercutem sobre o comportamento em muitos aspectos da vida futura, como a alimentação, autoimagem, saúde individual, valores, preferências e desenvolvimento psicossocial (OLIVEIRA e SOARES, 2002). Hábitos inadequados nesta fase da vida podem ser fatores de risco para doenças crônicas na fase adulta (ACCIOLY, SANDER, LACERDA, 2009).

As escolhas alimentares feitas por alguns adolescentes os deixam sujeitos a desequilíbrios nutricionais, tendo em vista que consomem alimentos ricos em calorias, sal e açúcar, mas com baixo conteúdo de minerais e vitaminas (CARIBBEAN FOOD AND NUTRITION INSTITUTE, 2009).

O monitoramento da qualidade dos alimentos deve considerar aspectos sanitários e nutricionais, como teores de macro e micronutrientes, articulando-se com as estratégias de fortificação obrigatória de alimentos e de reformulação do perfil nutricional de alimentos processados com vistas à redução de gorduras, açúcares e sódio (BRASIL, 2012b).

Em outubro de 2005, o Governo do Paraná publicou a Lei nº14.855 a fim de padronizar a oferta de alimentos nas cantinas das escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública. As diretrizes da citada legislação têm o intuito de assegurar a saúde dos consumidores, de modo a prevenir a obesidade, diabetes, hipertensão, problemas do aparelho digestivo e outros, vedando a comercialização de alimentos e bebidas com alto teor de gorduras e açúcares, assim como sódio, corantes e antioxidantes artificiais (PARANÁ, 2005).

Molina et al (2010), em estudo realizado com crianças de escolas públicas e privadas de Vitória (ES), obtiveram que mais de 40% delas consumiam alimentação de baixa qualidade nutricional (quando comparada com os parâmetros do PNAE) e outros 24,3%, de média qualidade.

A inserção de atividades voltadas à educação alimentar e nutricional nos planejamentos é fundamental para a consolidação e conscientização da importância de fazer escolhas saudáveis à mesa. Esta abordagem por acontecer de modo interdisciplinar, melhorando o seu entendimento e os resultados.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública estadual de ensino de Curitiba/PR, com consentimento da direção da instituição.

O colégio atende cerca de 870 alunos do ensino fundamental, médio e profissionalizante integrado, nos períodos da manhã e tarde. No noturno são oferecidos cursos técnicos profissionalizantes subsequentes, para egressos do ensino médio, com aproximadamente 170 estudantes (1º semestre/2012).

Foi realizada uma pesquisa de campo (VENTURA, MACIEIRA, 2004) com auxílio de um questionário autoaplicável (figura 1), o qual foi apresentado aos professores dos 7ºs anos do ensino fundamental (EF) para verificar se existe entre eles a consciência da importância da promoção de hábitos e práticas alimentares saudáveis dentro da escola, e saber o que eles pensam sobre a refeição que é fornecida dentro da instituição.

A série foi escolhida de tal forma a contemplar professores de adolescentes<sup>3</sup> que estejam recebendo merenda escolar sob o regime do Programa há pelo menos um ano, levando-se em consideração, ainda, que, de acordo com Nogueira (2012), quanto mais próximos do último ano do EF, menor a aceitação da alimentação escolar.

Foram automaticamente excluídos da pesquisa os indivíduos que não aceitaram preencher o questionário e/ou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), o qual apresentou a pesquisa, objetivos e justificativa, aos participantes.

A compilação dos dados foi realizada com auxílio de software *Microsoft Excel*® para criação dos gráficos.

---

<sup>3</sup> De acordo com a classificação da Organização Mundial de Saúde, adolescentes são aqueles indivíduos com idade entre 10 e 19 anos.



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Medianeira



### Questionário de Pesquisa

*A Percepção de Professores sobre a Importância das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Formação de Hábitos e Práticas Alimentares dos Adolescentes*

Público-alvo: professores dos 7<sup>os</sup> anos do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Júlia Wanderley

- 1) Nome (opcional): \_\_\_\_\_
- 2) Sexo:  Feminino  Masculino
- 3) Faixa Etária:  < 25 anos  25 a 30 anos  31 a 35 anos  36 a 40 anos  > 40 anos
- 4) Há quantos anos leciona? \_\_\_\_\_
- 5) Qual disciplina leciona hoje para os alunos em questão? \_\_\_\_\_

Responda os questionamentos abaixo com um "x" nas alternativas que melhor corresponderem à realidade. Qualquer observação referente às perguntas pode ser redigida em campo próprio, ao final do questionário.

- 6) A Escola conta com uma pessoa responsável pela elaboração do cardápio oferecido aos alunos na merenda, devidamente qualificada?  Sim  Não  Não Sei
- 7) Você conhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?  
 Sim  Não  Só de ouvir falar
- 8) Seus alunos do(s) 7<sup>o(s)</sup> ano(s) consomem a refeição (ou lanche) oferecida pela escola?  
 Sim  Não  Não sei  A maioria, sim  A minoria, sim
- 9) Seus alunos do(s) 7<sup>o(s)</sup> ano(s) compram alguma refeição (ou lanche) na cantina comercial da escola?  
 Sim  Não  Não sei  A maioria, sim  A minoria, sim
- 10) Você consome a refeição (ou lanche) oferecida pela escola?  Sim  Não  Às vezes
- 11) Um dos objetivos do PNAE é melhorar os hábitos alimentares do educandos. Você acredita que a alimentação oferecida na sua escola atinge tal objetivo?  
 Sim  Não  Às vezes (explique): \_\_\_\_\_
- 12) Você aborda, de alguma maneira, questões sobre alimentação saudável em sua disciplina?  
 Sim  Não  Às vezes (explique): \_\_\_\_\_
- 13) Você acha que a escola é capaz de influenciar nos hábitos alimentares dos alunos?  
 Sim (explique): \_\_\_\_\_  
 Não (explique): \_\_\_\_\_
- 14) Você considera importante o papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos alunos?  
 Sim  Não
- 15) Observações (sinta-se livre para fazer apontamentos sobre o assunto):

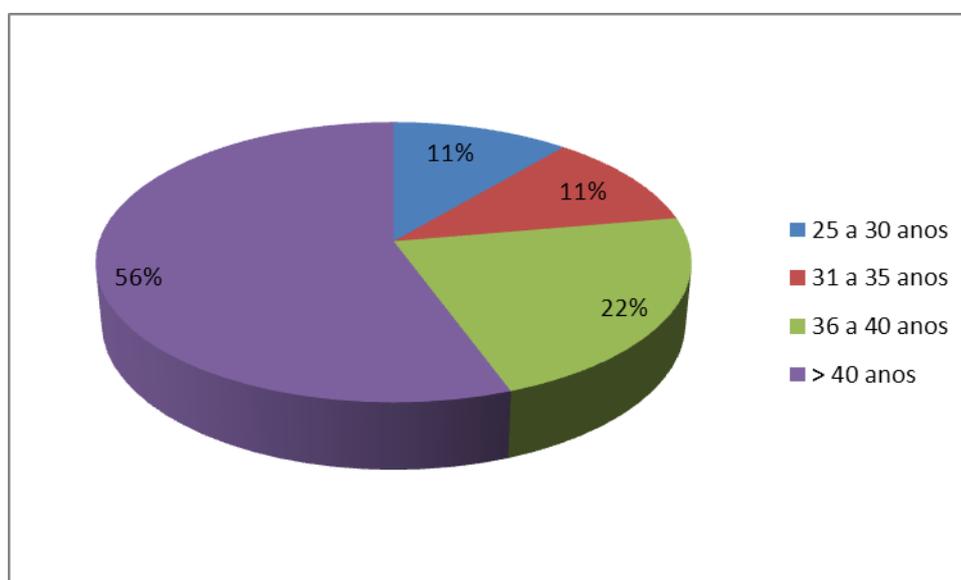
**Figura 1 – Questionários aplicados em professores dos sétimos anos do EF**  
Fonte: presente estudo, 2012.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola em questão conta, em seu quadro de professores, com 11 (onze) profissionais que lecionam as diversas disciplinas para os 7<sup>os</sup> anos. Destes, apenas 2 (dois) não aceitaram participar da pesquisa, totalizando 81,8% de colaboração.

Dos 9 professores participantes da pesquisa, 78% (7) eram do sexo feminino e 22% (2), do masculino.

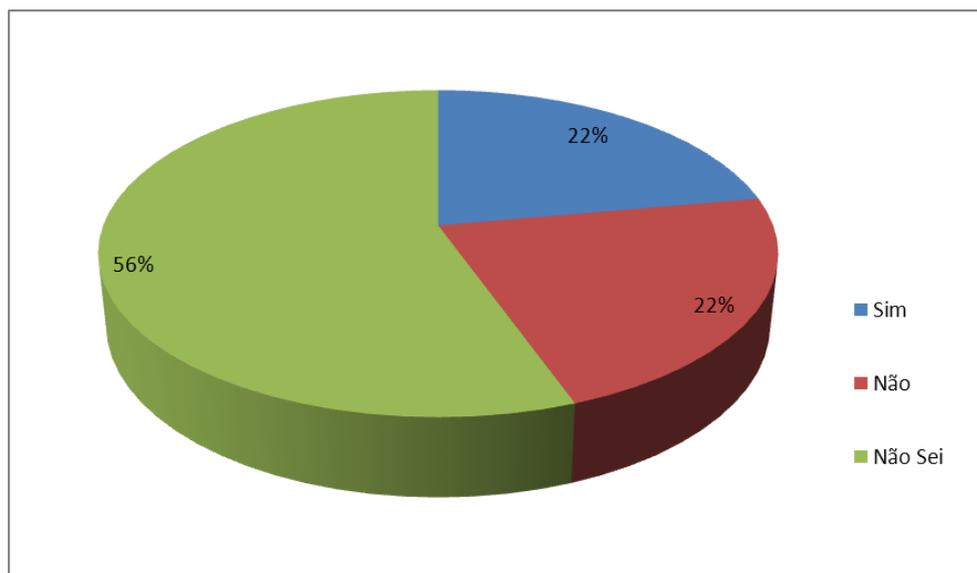
A faixa etária dos educadores pode ser visualizada na figura 2, a seguir.



**Figura 2: Distribuição dos professores por faixa etária.**

O “tempo de sala de aula” variou de 1 a 34 anos (com média de 15) desenvolvendo a atividade de lecionar as disciplinas de religião, educação física, geografia, inglês, história, português, ciências, arte e matemática.

Quanto ao questionamento de existência ou não de profissional qualificado responsável pela elaboração do cardápio das crianças, na escola, a maioria dos professores (56%) não soube responder a pergunta, conforme pode ser observado na figura 3.



**Figura 3: Resposta dos professores quanto à existência de profissional qualificado responsável pela elaboração do cardápio na escola.**

Ao analisar o gráfico da figura 3, fica evidente a falta de conhecimento dos procedimentos que acontecem dentro da escola, na produção de alimentos. Mais da metade dos professores (56%) não sabe, sequer, como é feito o planejamento das preparações ofertadas pelos alunos. Dos 44% que responderam “sim” ou “não”, apenas 2 (50%) tinham o conhecimento que, de fato, a escola não dispõe de um profissional devidamente qualificado para desenvolver essa atividade. Nesta escola, o cardápio é pensado pelas cozinheiras, em conjunto com uma das inspetoras e com auxílio de uma professora que exerce função de bibliotecária. De acordo com relatos da merendeira da noite, quando é entregue a merenda (normalmente duas vezes ao ano) é elaborado um cardápio com os mantimentos recebidos. Porém, quando alguns itens acabam, este planejamento passa a ser semanal, de acordo com as matérias-primas disponíveis.

Contrariando a Lei nº 11.947/09, a qual estipula em seu art. 11 que “A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais caberá ao nutricionista responsável...” e em seu art. 12 que “Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável...”, as preparações a serem servidas aos alunos são decididas arbitrariamente e pautadas na conveniência, e não necessariamente “respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a

tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada” (BRASIL, 2009b).

Chaves *et al* (2009), analisando cardápios de 370 escolas, das quais 97 localizavam-se na Região Sul do país, perceberam que, na mesma, 84,2% das instituições seguiam cardápios supervisionados por nutricionistas.

Outras variantes que afetam o planejamento das refeições são as doações eventualmente recebidas e os remanejamentos entre as escolas estaduais do município.

O remanejamento acontece algumas vezes por ano, a fim de evitar a repetitividade nas escolas e o vencimento de produtos estocados. Cada escola deve repassar para a FUNDEPAR a quantidade de alimento sobressalente a fim de disponibilizar para outras unidades, assim como os produtos em falta, para que se busque nas outras escolas. Nem sempre as escolas participam deste procedimento, somente se estiverem necessitando de algum alimento e/ou com alimentos com data de validade próxima.

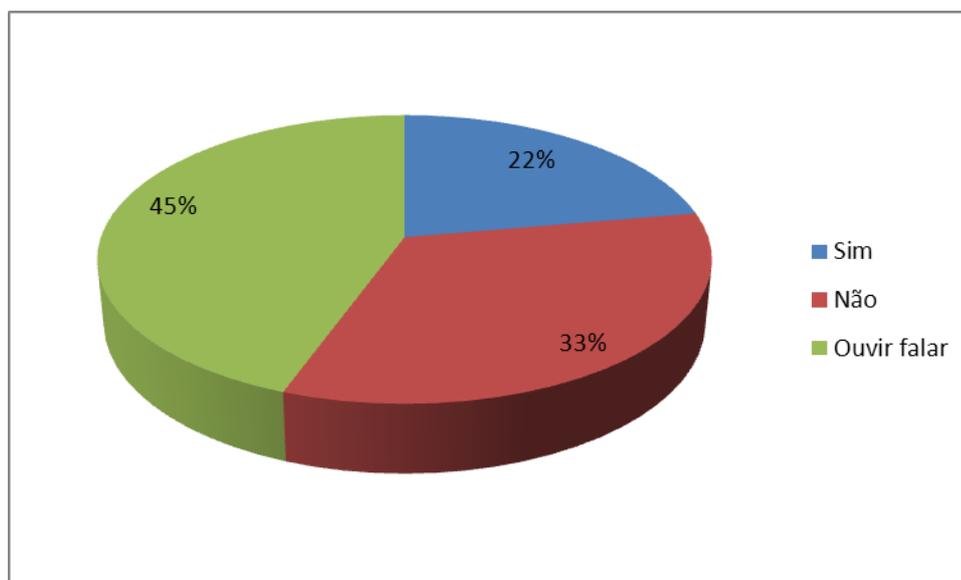
As doações são mais comuns em escolas carentes, as quais atendam alunos de menor poder aquisitivo. Mas, apesar de poucas, elas podem acontecer durante o ano e interferir na oferta de alimentos da escola.

Foi perguntado aos professores se eles conhecem o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A análise do resultado, com auxílio da figura 4, leva à reflexão da pouca importância que se dá ao tema da alimentação escolar.

Ainda que o governo do Estado do Paraná ofereça, por meio do programa “Formação pela Escola” do FNDE, um módulo que aborde na íntegra o PNAE, este ainda é um assunto não discutido no nível escolar.

O Programa Nacional de Formação Continuada à Distância nas Ações do FNDE – FormAção pela Escola – visa fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos nos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE, com foco na capacitação de profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e da sociedade organizada. Com o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade da gestão e o fortalecimento do controle social, o Programa oferta cursos que abordam detalhes das ações e programas da autarquia. Até 2005 estas capacitações eram feitas exclusivamente de maneira presencial, o que limitava a sua abrangência. De lá para cá, na modalidade à distância, atende a um grande número de pessoas. Em 2010, por exemplo, foram

atendidos 89.391 cursistas nos mais diversos cursos (Programa Dinheiro Direto na Escola, Programa de Transporte do Escolar, Programas do Livro, PNAE, Prestação de Contas, Controle Social para uma Gestão Cidadã, entre outros) (BRASIL, 2012c).



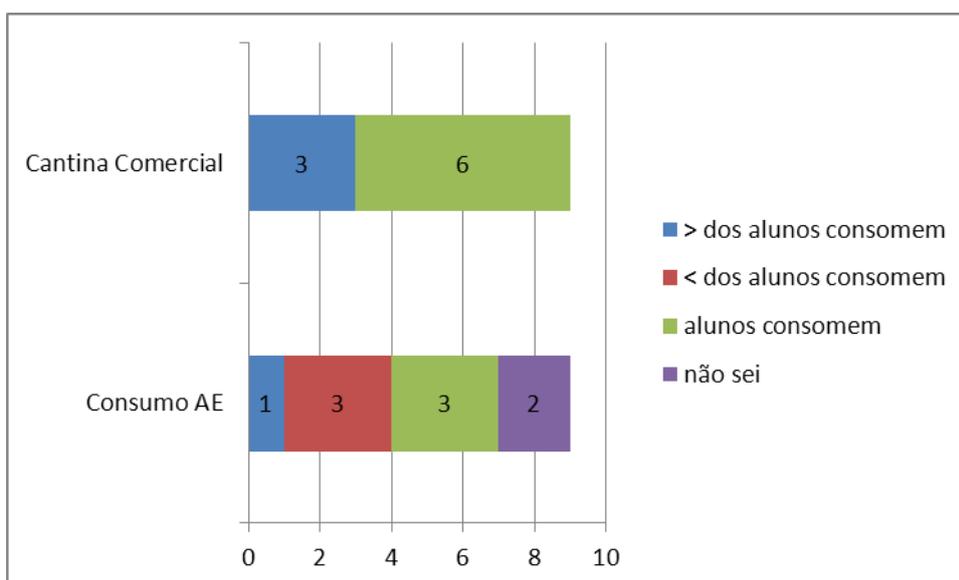
**Figura 4: Percentual de Professores que conhecem ou não o PNAE**

Estes cursos devem ser mais bem divulgados para que haja adesão, já que tratam de assuntos tão importantes para o dia a dia da escola. Além disso, o incentivo à participação é indispensável. O que se vê na prática são professores abarrotados de aulas e, muitas vezes, em diversas disciplinas. Conseqüentemente, as atividades pré e pós sala de aula (preparação e correção de provas e atividades complementares, planejamento, etc.) são numerosas, obrigando o trabalho fora da “permanência” ou “hora-atividade”, as quais são ínfimas quando comparados à demanda de tarefas a serem cumpridas. Ao final de tudo isso, não resta ânimo e tempo para participar de cursos de capacitação, tendo em vista que precisam ser cumpridos fora do horário de trabalho e que, enquanto pessoas, esses educadores têm suas atividades diárias em casa e com a família e necessitam de descanso e lazer.

Quanto aos hábitos de consumo de seus alunos dos sétimos anos no intervalo para o lanche no período de aula (“recreio”), todos os professores

afirmaram que seus alunos consomem produtos da cantina comercial instalada dentro da escola.

Em se tratando do consumo da alimentação escolar (AE) fornecida pela cantina institucional, houve maiores divergências entre os professores, como podemos observar na figura 5. Dois deles (22%) informaram ignorar se os alunos consomem ou não a refeição oferecida. Os demais (78%) afirmaram que os alunos são, de fato, frequentadores do refeitório da escola, em maior ou menor grau. 3 professores (33%) assinalaram de modo absoluto que “os alunos consomem” as preparações oferecidas na cantina institucional. 1 (11%) e 3 (33%), respectivamente, afirmaram que “a minoria” e “a maioria” consomem a alimentação escolar.



**Figura 5: Percepção dos Professores quanto aos Hábitos de Consumo dos alunos dos 7ºs anos do EF**

Diante do exposto, nota-se que houve certa confusão no que tange a alimentação escolar preparada na cantina institucional, financiada pelo Governo. Não houve consenso entre os professores sobre os hábitos de consumo deste tipo de alimentação pelos seus alunos. Já sobre a cantina comercial, a ideia de que os alunos são clientes da mesma, em maior ou menor grau, foi constante.

Os dados indicam, mais uma vez, que não é dada a devida importância para a alimentação no âmbito escolar, pois os professores não sabem se o aluno está

consumindo a merenda fornecida pela escola. Ao ignorar este fato, não é possível que se faça um diagnóstico e uma investigação para compreender o porquê disso.

A preferência dos alunos pela cantina comercial poderia ser explicada por uma observação feita por um dos professores: *“como os alunos, em geral, do Colégio Y possuem um poder aquisitivo muito bom, ou trazem lanche de casa ou trazem dinheiro para comprar um lanche”*. Este hábito de consumo, se não preocupante, é no mínimo importante, tendo em vista que frequentemente as escolhas dos adolescentes são por alimentos não saudáveis.

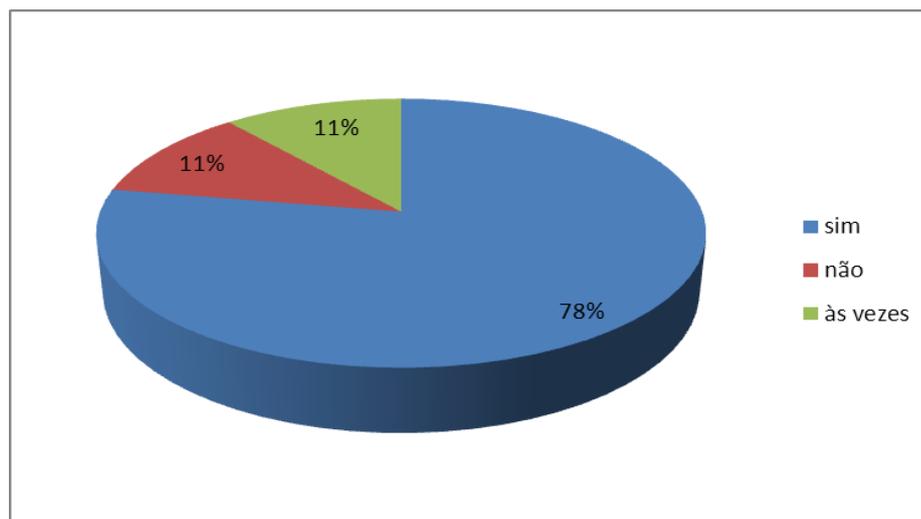
Um estudo de Nunes, Figueiroa e Alves (2007) mostrou, neste grupo etário, a predominância de hábitos alimentares pouco saudáveis, principalmente em classes econômicas mais favorecidas.

Por isso, em 2005, o Governo do Estado do Paraná sancionou a Lei nº 14.885, impondo critérios a serem observados para comercialização de alimentos e bebidas em instituições de ensino infantil, fundamental e médio.

Porém, como outras tantas leis, por si só esta normativa não se cumpre. Faz-se necessária a vigilância contínua dos produtos fornecidos nas escolas, a fim de controlar a qualidade da alimentação dos adolescentes.

Em estudo realizado em Florianópolis sobre os alimentos e bebidas comercializados nas cantinas das escolas (públicas e privadas), Gabriel *et al* (2010) identificaram a existência de vários produtos em desacordo com a legislação. Mais de 25% das escolas por eles estudadas, por exemplo, afirmou a disponibilização de balas, confeitos, doces e chocolates para aquisição pelos alunos. Em quase 70% existia bolos e tortas. Em contrapartida, apenas 39,3% deles relataram ofertar frutas ou salada de frutas.

Quando pesquisados os hábitos de consumo dos próprios professores frente à alimentação fornecida pela escola, conforme apresentado na figura 6, 78% (7) dos professores referiram consumo habitual da merenda das crianças, a qual é servida a eles na sala dos professores. 1 professor (11%) afirmou não consumir e outro (11%), “às vezes”.



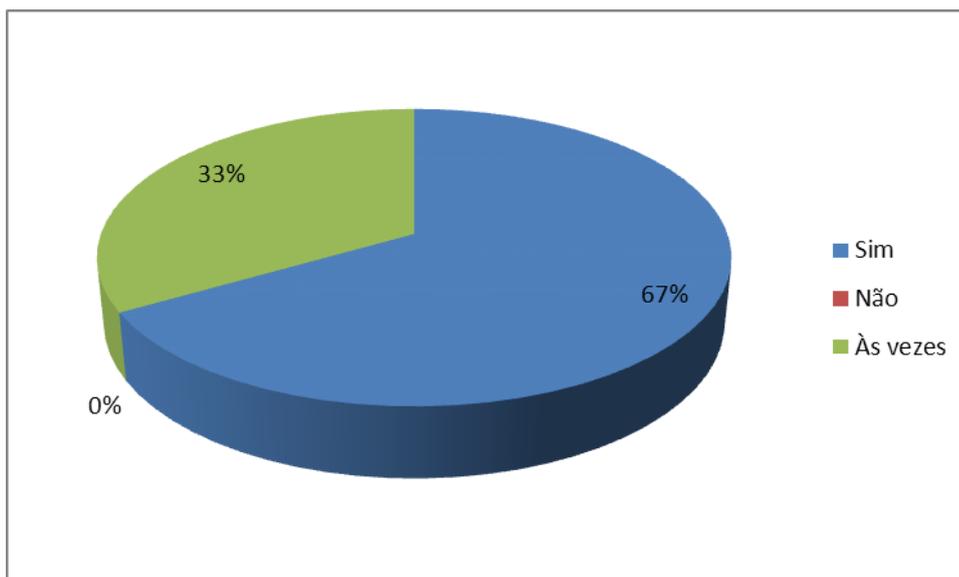
**Figura 6: Hábitos de Consumo dos Professores frente à Alimentação Escolar**

Parece incoerente que os professores não tenham conhecimento da aceitação da alimentação escolar por seus alunos, tendo em vista que eles próprios são consumidores da refeição fornecida. Sabe-se que o público alvo são as crianças e adolescentes que estão frequentando a escola, para suprir 20% de suas necessidades, com base nas diretrizes para uma alimentação saudável e de maneira equilibrada (BRASIL, 2011).

Numa pergunta seguinte foi questionado se os professores veem a alimentação fornecida na sua escola como um melhorador dos hábitos alimentares de seus alunos. 33% deles (3) indicaram que ela seria capaz “às vezes”, enquanto o restante (6) afirmou que “sim”, conforme indica a figura 7.

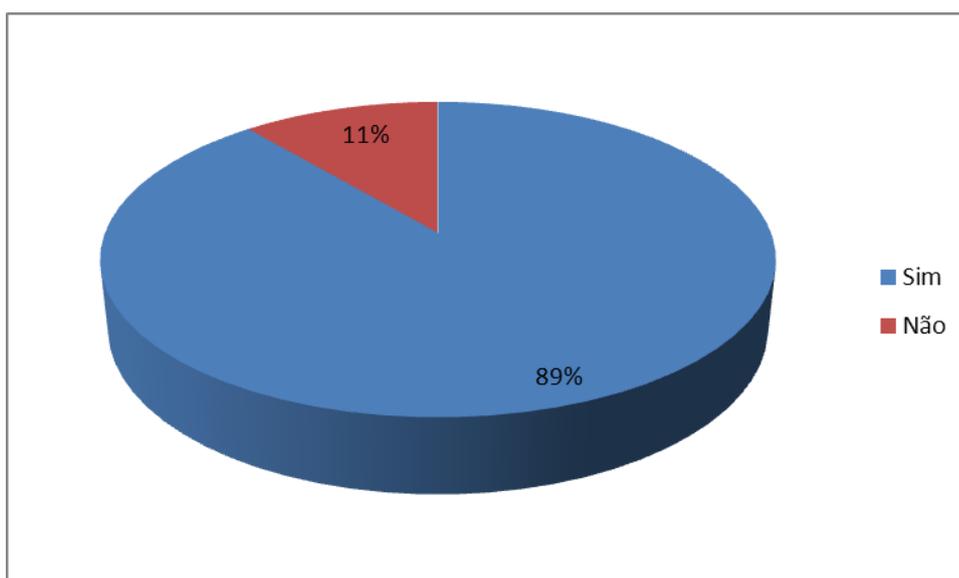
Quanto a esta questão, alguns participantes fizeram observações, como o fato de a presença de “frutas” melhorar os hábitos dos alunos. Também foi pontuado que a alimentação poderia ser mais “diferenciada”, pois assim teria maior impacto sobre as escolhas dos estudantes.

Quando questionado sobre a capacidade de a escola influenciar os hábitos alimentares dos alunos, os professores responderam conforme a distribuição apresentada no gráfico da figura 8.



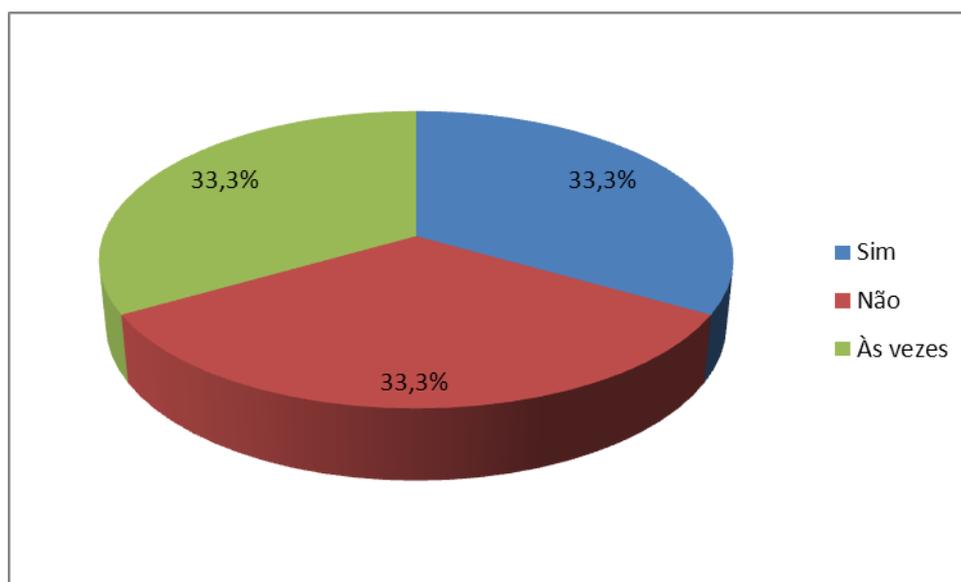
**Figura 7: Resposta dos professores à pergunta sobre a alimentação fornecida na escola e os hábitos alimentares dos seus alunos**

Apesar de apenas um professor (11%) assinalar que a escola não é capaz de influenciar os alunos na formação de seus hábitos alimentares, quando questionado sobre suas abordagens sobre o tema “alimentação saudável” em sala de aula, obtiveram-se os resultados apresentados na figura 9.



**Figura 8: Capacidade de a escola influenciar os hábitos alimentares dos alunos**

Confrontando os dados das figuras 8 e 9, nota-se um descompasso entre discurso e realidade, como se a “entidade escola” tivesse o poder de melhorar os hábitos alimentares dos alunos, e não os próprios professores, personagens-chave da construção do conhecimento neste âmbito.



**Figura 9: Abordagem do tema “Alimentação Saudável” pelos professores participantes da pesquisa**

Segundo Walzem e Murano (2008), o crescimento da obesidade e das hiperdislipidemias entre as crianças mostra a necessidade da atenção dos familiares e profissionais da educação e da saúde para a melhoria da qualidade na alimentação dessa população.

Um dos professores, ao afirmar que “sim”, a escola é capaz de influenciar os hábitos alimentares dos alunos, explicou que ela pode *“trazer profissionais da área para fornecer informações sobre alimentação saudável”*. Deste relato podemos perceber que o tema não é visto como amplo e capaz de ser abordado em todas as disciplinas do currículo escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes claras sobre os conteúdos que devem ser abordados em cada disciplina (MEC, 1998). Com isso, o sistema educacional acaba por imobilizar o professor, o qual se preocupa em demasia em “cumprir” o conteúdo, o que dificulta as atividades interdisciplinares.

Conforme discorre Domene (2008), esse modelo contribui para a fragmentação do conhecimento, por supervalorizar a transmissão da informação, ao invés de a construção do conhecimento.

Outra observação, de um colaborador que assinalou “não” para a questão, justificou que mesmo se a escola oferecer alimentos saudáveis, com as guloseimas colocadas à disposição dos adolescentes, em casa, não há melhoria dos hábitos.

Além destas, foram feitas considerações mais evasivas, como “*com exemplos de alimentação saudável*” ou “*através do conhecimento científico*”. Também foi pontuada uma questão muito importante e decisiva para compreendermos a relevância da escola neste contexto: o tempo que estes alunos nela permanecem.

Portanto, é essencial que todos os profissionais que trabalham em escolas, com crianças e adolescentes, contribuam para o acesso à alimentação, em quantidade adequada, de boa qualidade, tanto no valor nutritivo como no aspecto de higiene (CRUZ, 2005). Os professores precisam conscientizar-se da sua responsabilidade e do seu potencial diante de um tema de tamanha importância, em crescente evidência, considerado a cada dia mais a prevenção e o tratamento para inúmeros males.

Aqueles que afirmaram “às vezes” trabalhar em sala de aula com o tema da alimentação indicaram que o fazem quando o assunto “trata disso” ou surge em algum texto, indicando que não há intenção ou planejamento para que seja abordado especificamente.

Domene (2008), em discussão sobre os desafios para promoção da educação nutricional no âmbito escolar, pontuou a necessidade de qualificar os projetos políticos pedagógicos (PPP) das escolas, de modo que o professor seja capaz de transformar “conhecimento científico” em “aprendizado” para o estudante, na prática, “*como instrumento de acesso à cidadania*”. Os conceitos sobre alimentação saudável, de acordo com a política do PNAE, devem estar entre as práticas e atividades pedagógicas das instituições de educação (BRASIL, 2008a).

Veiga (2007) defende que o PPP deve ser construído em conjunto, por todos os envolvidos no processo educativo no âmbito escolar – o que não pode ser diferente quando abordar o modo de trabalho com a educação alimentar e nutricional.

Para finalizar, todos assinalaram que consideram importante que a escola auxilie na formação dos hábitos alimentares dos alunos. Mais uma vez pode-se

discorrer sobre a incoerente desta resposta com as práticas dentro de sala de aula, pois, apesar de considerarem importante o papel da escola, eles não assumem esta responsabilidade para si, abstendo-se de discutir o assunto ao longo de suas disciplinas.

Por exemplo, pode-se trabalhar com a horta escolar e a importância de cada um daqueles alimentos ali cultivados para a saúde. Também podem ser feitas redações ou interpretações de textos voltados ao assunto, abrindo um bom espaço para discussões e aprendizagem. Ou até fazer cálculos de gasto de energia e consumo alimentar (em calorias), trabalhando operações básicas e diretrizes alimentares, auxiliando na conscientização e favorecendo a tomada de decisões que melhorem a saúde. Estas e outras atividades podem ser encontradas no Portal do Professor, do Ministério da Educação (<http://portaldoprofessor.mec.gov.br>) (BRASIL, 2012e).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

A alimentação escolar é pouco valorizada pelos professores, possivelmente em virtude da falta de incentivo e até mesmo descaso dos governos.

O ambiente escolar é pouco explorado como *locus* de promoção de bons hábitos alimentares. Os educadores precisam ser conscientizados da importância do seu papel neste contexto e tomar para si a responsabilidade de promover esta educação alimentar, tendo em vista que são a personificação da instituição “escola”.

A inserção do tema no ensino de ciências é fundamental para que o PNAE concretize seus objetivos.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, E., SANDER, C., LACERDA, E. **Nutrição em Obstetrícia e pediatria**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cultura Médica. Guanabara Kogann. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 20 de setembro de 1990.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução nº 358, de 18 de maio de 2005. **Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências**. Brasília; 2005.

\_\_\_\_\_, Portaria interministerial nº 1.010/2006 - Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 09 de maio de 2006a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2006b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução/FNDE/CD/Nº32 de 10 de agosto de 2006. **Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE**. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes\_2006/res032\_10\_082006.pdf>. Acesso em: 18/07/2012. 2006c

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=alimentacao\_escolar.html>. Acesso em: 15 set. 2008.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e Cultura. Resolução nº 38, 16/7/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 2009a.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 17 de junho de 2009b.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e Cultura. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação à Distância. Módulo PNAE, 4. ed. Brasília : **MEC, FNDE**, 2011.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e Cultura. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acesso em: 19 fev. 2012a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília : Ministério da Saúde, 2012b.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Formação Continuada à Distância nas Ações do FNDE – **Formação pela Escola**. <http://www.fnde.gov.br/index.php/fpe-apresentacao>. Acesso em: 09 set. 2012c.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e Cultura. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados Estatísticos**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-dados-estatisticos>. Acesso em 18 jul. 2012d.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portal do Professor**. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br>>. Acesso em: 06 out. 2012e.

BIZZO, MLG; LEDER, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Rev Nutr**. 2005.

BRITO, G., ATHAYDE, M., NEVES, N.Y. **Saúde e trabalho na escola**. Rio de Janeiro : Fiocruz, 1998.

CARIBBEAN FOOD AND NUTRITION INSTITUTE. **Nutrition through the life course: part 6 – Adolescent.** n.01 e 02, ago. 2009.

CARVALHO, A.T. et al. School meals program in the municipality of João Pessoa, Paraíba, Brazil: school meal cooks in focus. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.27, p.823-34, out./dez. 2008.

CASTRO, I.R.R.; CARDOSO, L.O.; EGSTROM, E.M.; LEVY, R.B.; MONTEIRO, C.A. Vigilância de fatores de risco para doenças não transmissíveis entre adolescentes: a experiência da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad Saúde Pública** 2008; 24(10):2279-2288.

CHAVES, L. G., MENDES, P. N. R., BRITO, R. R., BOTELHO, R. B. A. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Rev. Nutr.**, v. 22, n. 6, p. 857-866, 2009.

COIMBRA, M.; MEIRA, J.F.P.; ESTARLING, M.B.L. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil.** Belo Horizonte: INAE; 1982. p.685.

COSTA, E.Q.; RIBEIRO, V.M.B.; RIBEIRO, E.C.O. Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Rev. Nutr.**, v.14, n.3, p. 225-9, 2001.

CRUZ, H. Saúde da criança. In: UNESCO; BANCO MUNDIAL; FUNDAÇÃO MAURÍCIO SIROTSKY SOBRINHO. **O cotidiano no centro de educação infantil.** Brasília: Unesco, 2005. p. 31-50. (Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância, v. 4).

DOMENE, S. M. A. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 505-517, out/dez, 2008.

ESTIMA, C.C.P.; COSTA, R.S.; SICHIERI, R.; PEREIRA, R.A.; VEIGA, G.V. Meal consumption patterns and anthropometric measurements in adolescents from a low socioeconomic neighborhood in the metropolitan area of Rio de Janeiro, Brazil. **Appetite** 2009; 52(3):735-739.

FERNANDEZ, P.M. Noções conceituais e práticas educativas em alimentação e nutrição dos professores de 1ª a 4ª séries do Distrito Federal. 2005. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências da Saúde, **Universidade de Brasília**, Brasília. 2005.

GAMA, S. R.; CARVALHO, M. S.; CHAVES, C. R. M. M. Prevalência em crianças de fatores de risco para as doenças cardiovasculares. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.9, p.2239-2245, 2007.

GABRIEL, CG; SANTOS, MV; VASCONCELOS, FAG. Avaliação de um programa para promoção de hábitos alimentares saudáveis em escolares de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, jul. / set., 2008.

GABRIEL, C.G.; SANTOS, M.V.; VASCONCELOS, F.A.G.; et al. Cantinas Escolares de Florianópolis: existência e produtos comercializados após a instituição da lei de regulamentação. **Rev. Nutr. Campinas**, 23(2): 191-199, mar./abr., 2010.

GIUGLIANO, R; MELO, ALP. Diagnóstico de sobrepeso e obesidade em escolares: utilização do índice de massa corporal segundo padrão internacional. **Jornal de Pediatria**, 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. Pesquisa de Orçamento Familiar 2002/2003 (POF 2002/2003). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em:18/07/2012.

KAIN J, OLIVARES S, CASTILLO M, VIO F. Validación y aplicación de instrumentos para evaluar intervenciones educativas em obesidade de escolares. **Rev Chil Pediatr**. 2001.

MAHAN, L. K & ESCOTT-STUMP, S. **Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia**. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier , 2010.

MENDONÇA, C.P.; ANJOS, L.A. Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do crescimento do sobrepeso/obesidade no Brasil. **Cad Saúde Pública**, v. 20, n. 3, p. 698-709, 2004.

MOLINA, M.C.B. et al. Preditores Socioeconômicos da qualidade da alimentação de crianças. **Rev Saúde Pública** v. 44, n. 5, p. 785-792, 2010.

MONTEIRO, Sueli. Breve espaço entre cor e sombra: o romance da maturidade literária de Cristóvão Tezza. **Revista de Letras**, Curitiba (PR), v. 13, n. 11, p. 183-200, dez. 2009. (modelo de referência de artigo de periódico).

NICHOLSON, RN. The effect of cardiovascular health promotion on health behaviors in elementary school children: an integrative review. **Journal Pediatric Nurs**, 2000.

NOGUEIRA, M. Avaliação do Programa de Alimentação Escolar do Estado de São Paulo: A opinião do Universo de Escolares do Ensino Fundamental. **Dissertação (Mestrado em Nutrição)**. Unifesp, 2012.

NUNES, M.M.A., FIGUEIROA, J.N., ALVES, J.G.B. Excesso de peso, atividade física e hábitos alimentares entre adolescentes de diferentes classes econômicas em Campina Grande (PB). **Rev Assoc Med Bras** 2007; 53(2):130-134.

OLIVEIRA, M.N.G., SOARES, E.A. Comparação do perfil dietético de adolescentes femininas e níveis socioeconômicos diferenciados. **Nutr Brasil** v. 1, n. 2, p. 68-76, 2002.

PARANÁ. Lei nº 14.855 – 19 de outubro de 2005. Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, de 20 de outubro de 2005.

RENAUX, Douglas P. B.; et al. Gestão do Conhecimento de um Laboratório de Pesquisa: uma Abordagem Prática. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO. 4., 2001, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2001. p. 195-208. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007\\_TR680488\\_9882.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR680488_9882.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2008.

SALAY, E. **Composição de alimentos: uma abordagem multidisciplinar**. Campinas: Unicamp; 2005.

SARLIO-LAHTENKORVA, S.; LAHELMA, E. The association of body mass index with social and economic disadvantage in women and men. **Int J Epidemiol** 1999; 28(3):445-449.

SPINELLI, M.A.S; CANESQUI, A.M. Programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979-1995). **Rev Nutr**. 2002; 15(1):105-17. doi: 10.1590/S1415-52732002000100011.

TORAL, N.; CONTI, M.A.; SLATER, B. A alimentação saudável na ótica dos adolescentes: percepções e barreiras à sua implementação e características esperadas em materiais educativos. **Cad Saúde Pública** 2009; 25(11):2386-2394.

VALENTE, F.L.S. Do Combate à Fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o direito à alimentação adequada. In: VALENTE, F.L.S. **Direito Humano à Alimentação: Desafios e Conquistas**. São Paulo : Cortez Editora, 2002a.

\_\_\_\_\_. Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente. In: VALENTE, F.L.S. **Direito Humano à Alimentação: Desafios e Conquistas**. São Paulo : Cortez Editora, 2002b.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Papirus: Campinas, 2007. p. 11-35.

VENTURA, M; MACIEIRA, S. **Curso de Metodologia Científica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Freitas Bastos Editora, 2004.

WALZEM, R. L.; MURANO, P. Societal aspects in the dietary management of childhood Hyperlipidemia. **J. Clin. Lipidol**, EUA, v. 2, n. 3, p. 156-161, 2008.

WEIS, B.; CHAIM, N.A.; BELIK, W. **Manual de gestão eficiente da merenda escolar**. Disponível em: <<http://www.fomezero.org.br>>. Acesso em: 17/07/2012.

WILLIAMS, CL; Hayman, LL; DANIELS, SR et al. Cardiovascular health in childhood: a statement for health professionals from the Committee on Atherosclerosis, Hypertension and Obesity in the Young (AHOY) of the Council on Cardiovascular Disease in the Young, **American Heart Association**, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity: preventing and managing the global epidemic**. Geneva: WHO; 2000.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convido o(a) professor(a) a participar da pesquisa “*A Percepção de Professores sobre a Importância das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Formação de Hábitos e Práticas Alimentares dos Adolescentes*”, desenvolvida sob responsabilidade de Anabelle Retondario de Lima Borba, para conclusão da Pós-graduação de Ensino em Ciências, na Universidade Tecnológica do Paraná. Os objetivos do trabalho são conhecer o PNAE dentro da escola, investigar o posicionamento dos professores quanto à oferta dos alimentos dentro da escola e à promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Sua participação é voluntária e se dará por meio do preenchimento do questionário em anexo, o qual contém perguntas sobre a alimentação dos alunos na escola e como o (a) senhor(a) se sente em relação a ela. Não existem riscos quanto à sua colaboração. Se aceitar, estará contribuindo para a pesquisa na área da alimentação escolar e para possíveis melhorias dentro da sua escola.

Se depois de consentir em sua participação o (a) sr.(a) desistir de continuar, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será mantida em sigilo. Para qualquer outra informação, poderá ser feito contato com o pesquisador pelo e-mail [ar.delima.b@gmail.com](mailto:ar.delima.b@gmail.com) ou pelo telefone (41) 8436-2925, ou poderá ser feito contato com a Coordenação do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Ciências da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), em Medianeira (PR), telefone (45) 3240-8038.

### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso desistir quando quiser, sem ônus. Este documento é emitido em duas vias as quais serão assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Curitiba, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador